

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

GS Inima Industrial S.A. e suas controladas

31 de dezembro de 2020
com Relatório do Auditor Independente

GS Inima Industrial S.A. e suas controladas

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2020

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	1
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas	
Balancos patrimoniais.....	4
Demonstrações dos resultados.....	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações no patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	10



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Administradores e aos Acionistas da
GS Inima Industrial S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da GS Inima Industrial S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e


executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Campinas, 23 de abril de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Marcos Roberto Sponchiado
Contador CRC-1SP175536/O-5

GS Inima Industrial S.A. e suas controladas

Balancos patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	17.499	97.045	56.225	129.899
Fundos restritos	11.2 g	-	-	4.749	1.368
Contas a receber	7	-	-	39.450	38.475
Ativo financeiro	7	-	-	81.599	77.585
Dividendos a receber	15	12.357	13.767	-	-
Estoques		-	-	9.341	10.879
Impostos a recuperar		3.623	2.332	7.898	6.942
Partes relacionadas	15	852	-	73	73
Outros créditos		-	18	2.681	2.432
Total do ativo circulante		34.331	113.162	202.016	267.653
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Fundos restritos	11.2g	-	-	18.088	22.639
Ativo financeiro	7	-	-	292.673	350.570
Tributos a recuperar		-	-	231	231
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	-	-	-	522
Depósitos judiciais		-	-	472	394
Partes relacionadas	15	10.218	-	10.218	-
Outros créditos		-	-	-	515
		10.218	-	321.682	374.871
Investimentos em controladas e coligadas	8	1.116.428	1.174.800	-	-
Imobilizado	9	78	10	364.560	359.931
Intangível	10	-	-	1.233.992	1.318.445
Total do ativo não circulante		1.126.724	1.174.810	1.920.234	2.053.247
Total do ativo		1.161.055	1.287.972	2.122.250	2.320.900

GS Inima Industrial S.A. e suas controladas

Balanços patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	11.1	-	518.013	2.212	545.507
Debêntures	11.2	-	-	48.724	45.630
Arrendamento mercantil		-	-	2.943	1.810
Fornecedores		32	331	10.305	9.483
Obrigações sociais		705	1.543	9.930	12.132
Obrigações fiscais		317	67	8.427	8.853
Tributos diferidos	13	-	-	11.028	10.510
Partes relacionadas	15	2.069	2.444	11.687	2.444
Dividendos a pagar	15	-	6.000	2.267	8.525
Outras obrigações		-	42	1.846	2.817
Total do passivo circulante		3.123	528.440	109.369	647.711
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	11.1	-	-	-	2.204
Debêntures	11.2	-	-	372.264	416.822
Contas a pagar por aquisição	12	48.205	46.652	48.205	46.652
Arrendamento mercantil		-	-	7.175	2.914
Partes relacionadas	15	-	-	23.866	34.885
Tributos diferidos	13	-	-	39.798	47.765
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14.a	195.743	209.838	366.943	370.600
Provisão para contingências	16	40	-	1.436	1.450
Outras obrigações		-	40	-	40
Total do passivo não circulante		243.988	256.530	859.687	923.332
Total do passivo		247.111	784.970	969.056	1.571.043
Patrimônio líquido					
Capital social	17.a	909.360	512.360	909.360	512.360
Reserva de lucros retidos		4.584	-	4.584	-
Lucros (prejuízos) acumulados		-	(9.358)	-	(9.358)
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		913.944	503.002	913.944	503.002
Participação dos acionistas não controladores		-	-	239.250	246.855
Total do patrimônio líquido		913.944	503.002	1.153.194	749.857
Total do passivo e patrimônio líquido		1.161.055	1.287.972	2.122.250	2.320.900

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

GS Inima Industrial S.A. e suas controladas

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Receita líquida	18.a	-	-	376.557	90.790
Custo dos serviços prestados	18.b	-	-	(119.263)	(32.422)
Lucro bruto		-	-	257.294	58.368
Receitas (despesas) operacionais:					
Gerais e administrativas	18.b	(58.775)	(16.692)	(107.999)	(30.480)
Resultado de equivalência patrimonial	8.b	101.588	20.174	-	-
Outras despesas operacionais, líquidas		5	-	5	(17)
		42.818	3.482	(107.994)	(30.497)
Lucro operacional antes do resultado financeiro e dos impostos		42.818	3.482	149.300	27.871
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	18.c	3.019	383	5.542	1.618
Despesas financeiras	18.c	(25.089)	(10.795)	(63.676)	(22.749)
		(22.070)	(10.412)	(58.134)	(21.131)
Lucro operacional antes dos impostos		20.748	(6.930)	91.166	6.740
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	14.b	-	-	(45.594)	(10.228)
Diferidos	14.b	14.094	3.572	3.133	2.386
		14.094	3.572	(42.461)	(7.842)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		34.842	(3.358)	48.705	(1.102)
Atribuídos à					
Participação dos acionistas da controladora				34.842	(3.358)
Participação dos acionistas não controladores				13.863	2.256
				48.705	(1.102)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

GS Inima Industrial S.A. e suas controladas

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	34.842	(3.358)	48.705	(1.102)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	34.842	(3.358)	48.705	(1.102)
Atribuído à				
Participação dos acionistas da controladora			34.842	(3.358)
Participação dos acionistas não controladores			13.863	2.256
			48.705	(1.102)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

GS Inima Industrial S.A. e suas controladas

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora					Consolidado	
Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Atribuído aos controladores	Participação de não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital	17	512.360	-	-	512.360	-	512.360
Combinação de negócios		-	-	-	-	257.587	257.587
Prejuízo líquido do exercício		-	-	(3.358)	(3.358)	2.256	(1.102)
Dividendos distribuídos		-	-	(6.000)	(6.000)	(12.988)	(18.988)
Saldos em 31 de dezembro de 2019		512.360	-	(9.358)	503.002	246.855	749.857
Aumento de capital	17	397.000	-	-	397.000	-	397.000
Lucro líquido do exercício		-	-	34.842	34.842	13.863	48.705
Dividendos distribuídos		-	-	(20.900)	(20.900)	(21.468)	(42.368)
Constituição de reserva		-	1.274	3.310	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		909.360	1.274	3.310	-	239.250	1.153.194

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

GS Inima Industrial S.A. e suas controladas

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício			48.705	(1.102)
Ajustes para conciliar o lucro líquido do período ao caixa oriundo das atividades operacionais:				
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	14.b	(14.094)	(3.572)	(2.386)
Depreciação e amortização	9 e 10	56.311	14.077	21.546
	11.1 e			
Juros sobre endividamento	11.2	16.669	8.388	18.804
Resultado de equivalência patrimonial	8 b	(101.588)	(20.174)	-
	11.1 e			
Amortização de custos de empréstimos e para emissão de debêntures	11.2	5.374	2.388	2.581
Juros e ajuste a valor presente da compra de participações	12	1.553	-	-
Provisão (reversão) para contingências	16	40	-	213
		(893)	(2.251)	39.656
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber e ativo financeiro		-	52.908	10.077
Estoques		-	1.538	117
Impostos a recuperar		(1.291)	(2.332)	(282)
Outros créditos		26	(18)	1.758
Fornecedores		(299)	331	311
Partes relacionadas		(11.445)	-	2.977
Obrigações sociais		(838)	1.543	113
Obrigações fiscais		250	2.767	(2.008)
Tributos diferidos		-	(7.449)	(1.611)
Outras obrigações		(80)	84	4.558
Caixa oriundo das (aplicado nas) atividades operacionais, antes do pagamento de juros e impostos		(14.570)	124	237.458
Juros pagos sobre empréstimos	11.1 b	(25.056)	-	(675)
Juros pagos de debêntures	11.2 b	-	(32.545)	(9.643)
Caixa oriundo das (aplicado nas) atividades operacionais		(39.626)	124	178.519
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Fundos restritos		-	1.170	1.243
Dividendos recebidos de controlada		105.059	-	-
Aquisição/ incorporação de companhia líquidas de caixa recebido		-	(922.666)	(894.798)
Aquisição de ativo imobilizado	9	(79)	(10)	(5.823)
Baixa de ativo imobilizado		-	71	204
Aquisição de ativo intangível		-	(7.950)	-
Caixa aplicado nas atividades de investimento		104.980	(922.676)	(15.257)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captações de empréstimos e financiamentos	11.1 b	-	507.237	507.237
Pagamentos de principal	11.1 b	(515.000)	-	(15.319)
Pagamentos de debêntures	11.2 b	-	(42.671)	(10.090)
Integralização de capital social	17.a	397.000	512.360	512.360
Pagamento de dividendos		(26.900)	-	(10.463)
Caixa oriundo das (aplicado nas) atividades de financiamento		(144.900)	1.019.597	(236.936)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(79.546)	97.045	(73.674)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		97.045	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		17.499	97.045	56.225

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

GS Inima Industrial S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A GS Inima Industrial S.A. (“Companhia” ou “GS Inima Industrial”) foi constituída em 17 de agosto de 2018 com a razão social de CMN Solutions A135 Participações S/A, sendo que em 24 de junho de 2019 alterou sua razão social para GS Inima Industrial S/A.

A Companhia tem como objeto a participação em outras sociedades que desenvolvam tratamento de efluentes industriais e investimento para instalação e exploração de centrais de utilidades industriais nos segmentos de geração e distribuição de vapor industrial, geração e comercialização de energia proveniente da valorização de resíduos sólidos destinados a clientes industriais.

A sede da Companhia está localizada na Rua Joaquim Floriano, 1052, 6º andar, conjunto 61, sala 1, Itaim Bibi, São Paulo.

A Companhia e suas controladas são parte integrante do Grupo GS Inima, tendo com controladora direta a GS Inima Brasil Ltda. e controladora final a GS Engineering & Construction Corporation companhia listada na Bolsa de Valores da Coréia do Sul.

Impactos do COVID-19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o coronavírus (COVID-19) é uma pandemia. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos nas demonstrações financeiras. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que estas medidas de mitigação da propagação do COVID -19 possam provocar.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

A Administração tem avaliado de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos nas operações.

Considerando as análises realizadas sobre os aspectos relacionados aos possíveis impactos do COVID-19 em seus negócios e nos de suas controladas, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia concluiu que não há efeitos materiais em suas demonstrações financeiras.

GS Inima Industrial S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais--Continuação

Impactos do COVID-19--Continuação

O efeito financeiro e econômico para Companhia ao longo do exercício de 2021 dependerá do desfecho da crise de saúde mundial e seus impactos macroeconômicos, especialmente no que tange à retração na atividade econômica, bem como da extensão do isolamento social. A Companhia continuará monitorando constantemente os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas demonstrações financeiras.

2. Combinação de negócios

Histórico da aquisição

Em 10 de maio de 2019 a controladora da Companhia, GS Inima Brasil Ltda., e a BRK Ambiental - Participações em Negócios Industriais S.A. assinaram o “Quota Purchase Agreement” (QPA) de entendimentos que determinava a aquisição, por uma empresa do Grupo GS Inima no Brasil, das cotas todas nominativas e sem valor nominal, representativas de 82,76% (oitenta e dois por cento e setenta e seis décimos) do capital social do Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Operações Industriais (“FIP”). Em 28 de junho de 2019, a Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF, titular de 17,24% das cotas do FIP, aceitou a oferta de venda conjunta das suas cotas.

Após o cumprimento de todas as condições precedentes, incluindo a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, a operação foi concluída em 30 de setembro de 2019, passando a Companhia ser detentora de 100% das cotas do FIP.

Na data do fechamento da transação, o FIP possuía as seguintes participações:

	Participação		Atividade
	Direta	Indireta	
BRK Operações industriais S.A. (“BRK OI”) Aquapolo Ambiental S.A.	100%	51%	<i> Holding</i> Produzir, fornece e comercializar água de reuso Projeto, construção, operação e manutenção para tratamento de água, efluentes, resíduos e energia elétrica
BRK Ambiental - Jeceaba S.A.		84,5%	Produção e venda de águas industriais como: água clarificada, água desmineralizada, água potável e água de incêndio.
Distribuidora de Água Triunfo S.A.		100%	

GS Inima Industrial S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Combinação de negócios--Continuação

Histórico da aquisição--Continuação

A compra da participação nos ativos industriais faz parte da estratégia de crescimento e diversificação no mercado de saneamento no Brasil. Com essa aquisição, o Grupo GS Inima passa a deter uma participação relevante na área de tratamento de água e efluentes industriais no Brasil.

Contraprestação da compra

O valor nominal da contraprestação de compra totalizou R\$ 1.055.418 sendo R\$ 1.002.908 pagos durante o exercício de 2019 e o saldo remanescente de R\$ 52.510 será pago anualmente em 4 parcelas a partir do quinto aniversário do fechamento da transação.

As parcelas serão ajustadas pela variação do IPCA acumulada entre 1º de janeiro de 2019 e as datas de pagamento. Para fins de apuração da contraprestação paga, as parcelas a pagar (nota 11) foram ajustadas a valor presente com base na NTN-B projetada. Dessa forma, a contraprestação de compra totalizou R\$ 1.049.821.

O QPA possui uma cláusula de contraprestação contingente, "Earn-Out", a qual condiciona o possível pagamento de valores adicionais à execução de dois projetos em desenvolvimento ("Ceará Pipeline Asset" e "Espírito Santo Pipeline Asset"), o qual a administração da Companhia avalia como improvável que ocorra, motivo pelo qual o valor justo da contraprestação contingente foi considerado com valor zero, e, portanto, nenhum passivo foi reconhecido nas demonstrações financeiras da Companhia, relativo a essa contraprestação contingente.

Valor justo da transação

A Companhia com auxílio de especialistas contratados, apurou os valores justos dos ativos identificáveis e passivos assumidos na data de aquisição, conforme preconizado pelo Pronunciamento Contábil CPC 15 - Combinação de Negócios. A Companhia optou por mensurar a participação de não controladores, com base no valor justo.

O quadro abaixo, apresenta valores preliminares mensurados pela Companhia:

GS Inima Industrial S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Combinação de negócios--Continuação

Valor justo da transação--Continuação

	Valor justo reconhecido na aquisição
Ativos	
Caixa e equivalentes de caixa	108.373
Fundos restritos	25.250
Contas a receber de clientes	37.510
Ativo financeiro	439.197
Estoques	10.996
Tributos a recuperar	6.891
Partes relacionadas	73
Ativo fiscal diferido	2.706
Outros ativos	4.191
Imobilizado	356.012
Intangível	1.338.289
	2.329.486
Passivos	
Fornecedores	(9.172)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(517.268)
Salários e contribuições	(12.019)
Tributos diferidos	(59.823)
Partes relacionadas	(34.351)
Impostos a recolher	(10.861)
Outros passivos	(2.113)
Passivo fiscal diferido	(375.234)
Contingências	(1.237)
	(1.022.077)
Total dos ativos identificáveis líquidos ao valor justo	1.307.409
Participação de não controladores mensurada ao valor justo	(257.587)
Total da contraprestação	1.049.822

O valor bruto das contas a receber de clientes é de R\$ 37.510, os quais se espera que sejam recebidos integralmente.

A Companhia mensura os passivos de arrendamento assumidos pelo valor presente dos pagamentos remanescentes na data da aquisição. Os ativos de direito de uso foram mensurados por montante equivalente ao passivo de arrendamento e ajustados para refletir os termos favoráveis destes arrendamentos em comparação aos termos de mercado.

GS Inima Industrial S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Combinação de negócios--Continuação

Valor justo da transação--Continuação

O saldo de tributos diferidos passivos apresentados acima, reconhecido de acordo de o Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, refere-se fundamentalmente aos efeitos contábeis da mais valia reconhecida dos ativos adquiridos e passivos assumidos.

Desde o fechamento da transação, que ocorreu em 30 de setembro de 2019, as Companhias adquiridas contribuíram com 100% da receita líquida consolidada e a participação da controladora no resultado dessas totalizou R\$ 20.174. A receita líquida e o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 das companhias adquiridas são apresentados na nota 8a.

Se a constituição da Companhia e combinação de negócios tivessem ocorrido em 1º de janeiro de 2019, as receitas líquidas consolidadas da Companhia totalizariam R\$ 366.575.

Os custos incorridos durante a combinação de negócios totalizaram R\$ 2.125 e foram reconhecidos na demonstração do resultado como despesas gerais e administrativas.

Alterações de razão social e incorporações subsequentes a data de fechamento

Em 22 de outubro de 2019 o FIP foi encerrado, passando a Companhia a ter participação direta sobre a BRK Operações Industriais S/A.

Durante o mês de novembro de 2019, três das companhias adquiridas tiveram suas razões sociais alteradas conforme abaixo:

<u>Razão social anterior</u>	<u>Razão social atual</u>
BRK Operações Industriais S/A	GS Inima Participações S.A. ("GS Participações")
BRK Ambiental - Jeceaba S.A.	GS Inima Industrial Jeceaba S.A. ("Jeceaba")
Distribuidora de Águas Triunfo S.A.	GS Inima Industrial Triunfo S.A. ("Triunfo")

Em 31 de dezembro de 2019, a GS Participações, foi incorporada na Companhia, com base nos valores contábeis daquela data. Os valores incorporados são resumidos abaixo:

GS Inima Industrial S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Combinação de negócios--Continuação

Alterações de razão social e incorporações subsequentes a data de fechamento--Continuação

	Saldos em 31/12/2019
Ativo	558.903
Ativo Circulante	96.299
Caixa e equivalentes de caixa	80.242
Dividendos / juros capital próprio a receber	13.767
Tributos a compensar	2.290
Ativo não circulante	462.604
Participações societárias	356.346
Imobilizado	6
Intangível	106.252
Passivo	(10.233)
Passivo circulante	(1.639)
Fornecedores	(42,000)
Obrigações fiscais	(55,000)
Obrigações sociais	(1.542,000)
Passivo não circulante	(8.594)
IRPJ/CSLL diferidos	(8.554)
Contingências	(40)
Acervo líquido incorporado	(548.670)

A partir da incorporação, a Companhia passou a deter investimento direto nas controladas operacionais (Aquapolo, Jeceaba e Triunfo).

Informações das operações

As controladas adquiridas são parceiras em projetos que unem a iniciativa pública com a privada, sendo as parceiras:

- Sabesp (Saneamento Básico do Estado de São Paulo), no maior projeto de água de reuso da América Latina, o Aquapolo.
- Copasa (Companhia de Saneamento de Minas Gerais), na Central de Utilidades da Vallourec & Sumitomo Tubos do Brasil ("VSB"), em Jeceaba-MG.

A Companhia e suas controladas possuem contratos de longo prazo para terceirização de centrais de utilidade para as Indústrias do petróleo, petroquímica e siderurgia, tendo como principais clientes a Braskem S.A. ("Braskem") e VSB.

GS Inima Industrial S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Combinação de negócios--Continuação

Informações das operações--Continuação

As atividades são realizadas com base em contratos de serviços de longo prazo, representados preponderantemente pelo fornecimento de águas industriais e pelas prestações de serviços de construção e operação de sistema de tratamento de água, efluentes, resíduos e energia elétrica, a seguir apresentados:

Controladas	Objeto do contrato	Ano inicial - final	Clientes	Índice base de reajuste anual de preços
Aquapolo	Fornecimento de água industrial ao Polo Petroquímico do ABC - SP, com a construção e operação das instalações necessárias.	2009 - 2053	Os principais são: Braskem Qpar S.A. e Braskem Petroquímica S.A.	IPCA
Jeceaba	Projeto, construção e operação das plantas para tratamento de água, efluentes, resíduos e fornecimento de energia elétrica.	2009 - 2026	VSB	IGPM
Triunfo	Produção de bens utilizáveis pelas empresas do Polo Petroquímico de Triunfo, tais como fornecimento de vapor, águas, ar comprimido, gases industriais e energia elétrica.	Variados	Privados, sendo o principal a Braskem S.A.	IPCA

Em 31 de dezembro de 2020, a Braskem e VSB representam 98% das contas e receber consolidado e no resultado do exercício findo naquela data, representarem 98% da receita bruta consolidada.

Investigações de atos anteriores a data de aquisição

Desde 2014 encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal, no contexto da chamada Operação Lava Jato, e que envolvem empresas, executivos e ex-executivos do Grupo Odebrecht, do qual BRK Ambiental e suas controladas, incluindo a Companhia, fizeram parte até 25 de abril de 2017.

Em 22 de maio de 2017 foi homologado pela 13ª Vara Federal de Curitiba o acordo de leniência celebrado entre o Ministério Público Federal e a Odebrecht S.A., holding do Grupo Odebrecht ("Acordo"), produzindo assim os efeitos jurídicos inerentes. A BRK Ambiental e suas controladas não são subscritoras do mencionado Acordo, mas este beneficia todas as empresas que integravam o Grupo Odebrecht quando da sua celebração em 1º de dezembro de 2016.

GS Inima Industrial S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Combinação de negócios--Continuação

Investigações de atos anteriores a data de aquisição--Continuação

Tendo em vista que, com a aquisição dos ativos do segmento industrial da BRK Ambiental Participações em Negócios Industriais S.A. e Fundação dos Economistas Federais – FUNCEF pela GS Inima Industrial S.A. em 30 de setembro de 2019, a Companhia passou a fazer parte do grupo econômico da GS Inima Brasil Ltda. e a administração entende que a Companhia não está sujeita a qualquer responsabilidade pelo pagamento da sanção pecuniária prevista no Acordo e que não há razão para determinar que a Companhia deva ser afetada pelos resultados das referidas investigações envolvendo seu antigo acionista controlador, seus desdobramentos e suas consequências. Entretanto, não é possível determinar se as controladas da Companhia estarão efetivamente livres do risco de serem eventualmente impactadas pelas referidas investigações, desdobramentos e consequências. As demonstrações financeiras da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir desse assunto.

Financiamento da aquisição

Os recursos para a realização da operação foram parcialmente obtidos junto aos acionistas, vide aumento de capital social no montante de R\$512.360, como divulgado na Nota 17, e emissão de 206 notas promissórias no valor global de R\$ 515.000, tendo como credor fiduciário a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda (“Vórtx”), conforme Nota 11.1.

O mencionado financiamento possuía garantia da GS Engineering & Construction Corporation no valor de US\$ 60.000.000 (sessenta milhões de Dólares) e o aval da GS Inima Brasil Ltda.

O financiamento teve vencimento em setembro de 2020 e, portanto, foi apresentado no passivo circulante em 31 de dezembro de 2019, motivo pelo qual a Companhia apresentava capital circulante negativo de R\$ 415.278 e R\$ 380.058, individual e consolidado, respectivamente, naquela data.

Em 18 de setembro de 2020 a Companhia quitou seu financiamento com aporte da Controladora.

3. Políticas contábeis

Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), alterada pelas Leis nos 11.638/07 e 11.491/09.

GS Inima Industrial S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto ativos e passivos financeiros que foram mensurados pelo valor justo. Para fins dessas demonstrações financeiras, a Companhia e suas controladas são denominadas em conjunto como "Grupo".

As demonstrações financeiras foram preparadas em Reais, que é a moeda funcional do Grupo, e são apresentadas em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica O CPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Companhia considerou todas as pronunciações do CPC, incluindo aqueles que passaram a vigorar em 2020.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelos administradores e acionistas da Companhia em 23 de abril de 2021.

3.1. Consolidação

Companhias consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da controladora e suas controladas, nas quais são mantidas as seguintes participações acionárias diretas:

	País	Quantidade de ações possuídas	Participação no capital social (%)
Jeceaba	Brasil (MG)	118.815.450	84,50
Aquapolo	Brasil (SP)	21.633.713	51,00
Triunfo	Brasil (RS)	114.224.101	100,00

GS Inima Industrial S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.1. Consolidação--Continuação

Companhias consolidadas--Continuação

O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da Companhia. A equivalência patrimonial é calculada na mesma data do balanço da Companhia.

Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) nas quais a Companhia detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Eliminações

As transações realizadas no exercício entre as companhias do Grupo, assim como os saldos dessas na data do balanço, são eliminados na consolidação.

Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Na combinação de negócios mencionada na Nota 2 a participação de não controladores na adquirida foi mensurada aos valores contábeis. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, o Grupo avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 48 na demonstração do resultado.

GS Inima Industrial S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.1. Consolidação--Continuação

Combinação de negócios--Continuação

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a estas unidades

Transações com participações de não controladores

O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos da Companhia e suas controladas. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

3.2. Classificação corrente versus não corrente

O Grupo apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

GS Inima Industrial S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.2. Classificação corrente versus não corrente--Continuação

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. O Grupo classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

3.3. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios do Grupo para a gestão destes ativos financeiros. O Grupo inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais o Grupo tenha aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47.

GS Inima Industrial S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.3. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Reconhecimento inicial e mensuração--Continuação

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios do Grupo para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida).
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida).
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais).
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2020, o Grupo possuía apenas ativos financeiros classificados como ativos financeiros ao custo amortizado.

Os principais ativos financeiros do Grupo em 31 de dezembro de 2020, eram representados por caixa e equivalente de caixa, fundos restritos, contas e receber, ativo financeiro (nota 5.4) e outros créditos.

GS Inima Industrial S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.3. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

O Grupo mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais.

Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Derivativos, inclusive derivativos embutidos separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

GS Inima Industrial S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.3. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)--Continuação

Desreconhecimento--Continuação

Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram

O Grupo transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) o Grupo nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando o Grupo transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, o Grupo continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pelo Grupo.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre (i) o valor do ativo e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

O Grupo reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que o Grupo espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

GS Inima Industrial S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.3. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)--Continuação

Desreconhecimento--Continuação

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros--Continuação

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

Para contas a receber de clientes, o Grupo aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, o Grupo não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. O Grupo estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

Ativo financeiro - Controlada Jeceaba

Os contratos da controlada Jeceaba possuem características similares a de uma venda de um ativo financiado, como definido no Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2), sendo as principais características : i) A transferência da propriedade do ativo para o arrendatário no fim do prazo do arrendamento mercantil; ii) No início do arrendamento mercantil, o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil totaliza, substancialmente, todo o valor justo do ativo arrendado; e iii) Os ativos arrendados são de natureza especializada de tal forma que apenas o cliente pode usá-los sem grandes modificações.

Dessa forma, considerando os aspectos do mencionado pronunciamento técnico e na Interpretação Técnica ICPC 03 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - Aspectos Complementares de Arrendamento Mercantil (ICPC 03) as operações de execução de projeto, construção, operação e manutenção para o tratamento de água, efluentes, resíduos e energia elétrica daquela controlada, são classificadas como ativo financeiro (Nota 7).

GS Inima Industrial S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.3. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, ao custo amortizado, ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, líquidos de custos de transação diretamente atribuíveis.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, partes relacionadas e outras contas a pagar. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019.

Mensuração subsequente

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. O Grupo não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivo financeiros ao custo amortizado (empréstimo e financiamento)

Esta é a categoria mais relevante para a Companhia. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

GS Inima Industrial S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.3. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

Passivos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

Passivo financeiros ao custo amortizado (empréstimo e financiamento) --Continuação

O custo amortizado é calculado em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxa taxa ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros. Para mais informações, vide Nota 11.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

3.4. Estoques

Os estoques contemplam os materiais destinados à operação e manutenção dos sistemas, e são avaliados ao custo médio de aquisição, inferior ao custo de reposição ou ao valor de realização, sendo classificados no ativo circulante.

GS Inima Industrial S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.5. Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico líquido da depreciação acumulada e provisão para perda no valor recuperável, quando aplicável. O custo abrange: o preço de aquisição, os encargos financeiros incorridos em financiamentos durante a fase de construção e todos os demais custos (fretes, impostos não recuperáveis, etc.) diretamente relacionados à colocação do ativo em condições de uso.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados anualmente e ajustados, se apropriado, de forma prospectiva.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação do preço de venda com o valor contábil, líquido de depreciação, e são reconhecidos em "Outras receitas e despesas, líquidas", na demonstração do resultado.

Os saldos registrados em obras em andamento correspondem aos custos associados ao projeto e construção da infraestrutura, com base na previsão que gerarão benefícios econômicos futuros para o Grupo.

3.6. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

GS Inima Industrial S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.6. Ativos intangíveis--Continuação

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Um ativo intangível é desreconhecido aquando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

Em 31 de dezembro de 2020, os principais ativos intangíveis (Nota 10) do Grupo eram os seguintes:

Carteira de clientes

As relações contratuais com clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da combinação de negócios (Nota 2). As relações contratuais com clientes têm vida útil finita e são contabilizadas pelo seu valor justo de aquisição menos a amortização acumulada e reduzidos por *impairment* se necessário.

GS Inima Industrial S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.6. Ativos intangíveis--Continuação

Direito de uso

O direito de uso refere-se à exploração do contrato privado firmado entre as controladas e seus clientes e fornecedores, incluindo aqueles atrelados a arrendamento mercantil, foram reconhecidos ao valor justo na data da combinação de negócios Nota 2 e são amortizados de acordo com a sua vida útil estimada e prazo do contrato, dos dois o menor.

Mais valia de ativo financeiro

Representam a mais valia paga em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da combinação de negócios, como descrito na Nota 2 pelos ativos financeiros existentes na controlada Jeceaba, e são amortizados com base na vida útil dos contatos existentes, reduzidos por *impairment* se necessário (Nota 9).

Ativo de Contrato

Representam a mais valia paga em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da combinação de negócios, como descrito na Nota 2, e são amortizados com base na vida útil dos contatos existentes, reduzidos por *impairment* se necessário (Nota 10).

3.7. Impairment de ativo não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa "UGC").

Não foram identificadas evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment* tanto para ativos financeiros, quanto para os não financeiros, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

GS Inima Industrial S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.8. Tributos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos de tributos correntes são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do período.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Imposto de renda e contribuição social - diferidos

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- Quando o passivo fiscal diferido surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- Quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (ou prejuízo fiscal); e
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

GS Inima Industrial S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.8. Tributos--Continuação

Imposto de renda e contribuição social - diferidos--Continuação

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

O Grupo contabiliza os ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se, e somente se, as entidades referidas possuem o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e as entidades pretendam fazer ou receber este pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Tributos sobre as vendas

Despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto:

- Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos tributos sobre vendas; e
- Quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

3.9. Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas do Grupo é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral do Conselho de Administração.

GS Inima Industrial S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.10. Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.11. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços e vendas de mercadorias no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

O Grupo reconhece as receitas quando os valores podem ser mensurados com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para as entidades e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Grupo, conforme descrição a seguir. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada prestação de serviço.

Um recebível é reconhecido se um valor de contraprestação que seja incondicional é devido de um cliente (ou seja, faz-se necessário somente o transcorrer do tempo para que o pagamento da contraprestação seja devido). Vide políticas contábeis de ativos financeiros na Nota 3.3.

Os direitos a faturar são decorrentes dos contratos de longo prazo de construção locação e operacionalização de ativos, qualificados como contratos de arrendamentos financeiros, com base na Interpretação Técnica ICPC 03 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (ICPC 03) e no Pronunciamento Técnico CPC 06 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - Operações de Arrendamento Mercantil (CPC 06 R1).

Receita de serviços

A receita compreende o valor presente pela prestação dos serviços e é reconhecida à medida que o serviço é prestado e medido.

GS Inima Industrial S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.11. Reconhecimento da receita--Continuação

Receita de venda

A receita de venda compreende o valor presente pela venda de água industrial, reconhecida na medida em que as vendas são faturadas.

Receita de construção

A receita de construção é estimada considerando os gastos incorridos na formação da infraestrutura e a respectiva margem de construção, determinada com base nos correspondentes custos de envolvimento da controlada Jeceaba na formação do seu ativo financeiro, presente no contrato de arrendamento mercantil (CPC 06 (R1) e ICPC 03), uma vez que, a controlada adota como prática a terceirização dos serviços de construção, com riscos de construção assegurados no contrato de prestação de serviços e por seguros específicos de construção.

A receita de construção é determinada e reconhecida de acordo com o método de porcentagem de conclusão, mediante incorporação da margem de lucro aos respectivos custos incorridos no mês de competência.

A receita é reconhecida pela margem de construção de 7,69% sobre os custos incorridos atribuíveis ao arrendamento mercantil, margem essa apurada pela combinação dos custos de supervisão, risco do negócio e gerenciamento dos subcontratados.

Receita de ativo financeiro

A receita do ativo financeiro é decorrente da atualização dos direitos a faturar constituídos pela receita de construção do ativo financeiro, correspondente aos contratos de arrendamentos mercantis e, dada a sua natureza que faz parte dos principais objetivos do negócio, está sendo apresentada como receitas das operações da controlada Jeceaba. Essa atualização é calculada com base na taxa de desconto específica do contrato, a qual foi determinada considerando os respectivos riscos e premissas dos serviços prestados. A controlada iniciou a atualização dos direitos a faturar a partir do início das suas operações.

Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

GS Inima Industrial S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.12. Benefícios a empregados

Obrigações de aposentadoria

As controladas disponibilizam um plano de Previdência Complementar através de entidade fechada de Previdência Complementar. Uma Entidade sem fins lucrativos, que atua sob a forma jurídica de sociedade civil, aprovada pelo Ministério da Previdência Social, (conforme Portaria nº 1.719 de 23/12/1994).

O plano é estruturado na modalidade de contribuição definida, na qual o valor do benefício decorrerá sempre do saldo acumulado na conta de participante. A conta de participante é individual e constituída pelas contribuições dos funcionários, pelas contrapartidas da patrocinadora e pelo resultado dos investimentos.

Outros benefícios pós emprego

Algumas companhias do Grupo oferecem benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus funcionários e o custo arcado por ele através de emissão de apólice individual sem custo para ao Grupo. O direito a esse benefício é condicionado à permanência do funcionário no emprego até a idade de aposentadoria, estar em um plano de saúde regulamentado, ser contribuinte na manutenção do plano e ter tempo mínimo de vínculo.

Participação nos lucros

A Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação de empregados no resultado, além de uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou houver uma prática anterior que tenha gerado obrigação não formalizada. A participação no resultado tem como base os resultados alcançados por cada companhia do Grupo e avaliação do desempenho individual do empregado, em relação à sua contribuição para a formação deste resultado, tanto na parte quantitativa quanto na qualitativa.

3.13. Mensuração do valor justo

O Grupo mensura instrumentos financeiros ao valor justo em cada data de reporte.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: i) No mercado principal para o ativo ou

GS Inima Industrial S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.14. Pronunciamentos técnicos que passaram a vigorar durante 2020

passivo; ii) E na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pelo Grupo.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

O Grupo utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;

Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e

Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível

Em 31 de dezembro de 2020 todos os instrumentos financeiros do Grupo eram considerados de Nível 2.

GS Inima Industrial S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.14. Pronunciamentos técnicos que passaram a vigorar durante 2020

O Grupo aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2020 ou após essa data. O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Alterações no CPC 15 (R1): Definição de negócios

As alterações do CPC 15 (R1) esclarecem que, para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um input - entrada de recursos e um processo substantivo que, juntos, contribuam significativamente para a capacidade de gerar output - saída de recursos. Além disso, esclareceu que um negócio pode existir sem incluir todos os inputs - entradas de recursos e processos necessários para criar outputs - saída de recursos. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo, mas pode impactar em períodos futuros caso o Grupo ingresse em quaisquer combinações de negócio.

Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de hedge ou do instrumento de hedge. Essas alterações não têm impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo, uma vez que este não possui relações de hedge de taxas de juros.

Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material

As alterações fornecem uma nova definição de material que afirma, "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade". As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações financeiras. Uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia individuais e consolidadas, nem se espera que haja algum impacto futuro para o Grupo.

GS Inima Industrial S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.14. Pronunciamentos técnicos que passaram a vigorar durante 2020--Continuação

Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro

A pronúnciação revisado alguns novos conceitos, fornece definições atualizadas e critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclarece alguns conceitos importantes. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo.

Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

Essa alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo.

3.15. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As novas normas e interpretações ou alterações de normas emitidas, mas que ainda não entraram em vigor, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar as respectivas normas e interpretações, se aplicável, quando entrarem em vigor.

GS Inima Industrial S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.15. Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

IFRS 17 - Contratos de Seguros

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguros (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituirá a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:

Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).

Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração.

A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica a Companhia.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;

GS Inima Industrial S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.15. Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante--Continuação

- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social estão contempladas a seguir:

Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

O Grupo reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos

O Grupo mantém o registro permanente de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as seguintes bases: (i) prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social; (ii) receitas e despesas contábeis temporariamente não tributáveis e indedutíveis, respectivamente.

GS Inima Industrial S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos--Continuação

Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

O reconhecimento e o valor dos tributos diferidos ativos dependem da geração futura de lucros tributáveis, o que requer o uso de estimativas relacionadas ao desempenho futuro de cada uma das companhias do Grupo. Essas estimativas estão contidas nos Planos de Negócios, que são aprovados anualmente pela Administração da Companhia e suas controladas. Anualmente, o Grupo revisa as projeções de lucros tributáveis. Se essas projeções indicarem que os resultados tributáveis não serão suficientes para absorver os tributos diferidos, são feitas as baixas correspondentes à parcela do ativo que não será recuperada. Os prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social não expiram no âmbito tributário brasileiro.

Valor justo de ativos e passivos oriundos de combinações de negócios

De acordo com o CPC 15 (R1), o Grupo deve alocar o valor dos ativos adquiridos, das contingências e passivos assumidos com base nos seus valores justos estimados na data de aquisição. A administração do Grupo exerce julgamentos significativos na mensuração de ativos tangíveis, na identificação e mensuração de ativos intangíveis, na identificação e mensuração de riscos e contingências, na mensuração de outros ativos adquiridos e passivos assumidos e na determinação de suas vidas úteis remanescentes.

O uso das premissas utilizadas para as mensurações e avaliações de risco pode resultar em valores estimados diferentes dos ativos adquiridos e passivos assumidos. O Grupo contrata empresas especializadas para apoiá-lo nessas atividades. Se os resultados futuros não forem consistentes com as estimativas e premissas usadas, O Grupo estaria exposto a perdas que podem ser materiais.

Redução do valor recuperável (impairment) de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida

Existindo eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor de um ativo tangível ou intangível possa não ser recuperado, os saldos dos ativos são testados para fins de mensuração da recuperabilidade, pelo menos anualmente na data das demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2020 o Grupo não foram identificados eventos ou circunstâncias que pudessem indicar a existência de *impairment* dos ativos tangíveis e intangíveis do Grupo

Reconhecimento de receita de construção

A controlada Jeceaba usa o método de porcentagem de conclusão para contabilizar seu contrato de construção. A receita de construção foi determinada e reconhecida mediante incorporação da margem de construção sobre os custos incorridos atribuíveis pelo arrendamento mercantil (Nota 3.11).

GS Inima Industrial S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos--Continuação

Receita não faturada

As controladas registram as receitas ainda não faturadas, porém incorridas, cujo serviço/venda foi prestado/comercializado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período. Essas receitas são contabilizadas na data da prestação do serviço/venda de mercadorias, como contas a receber de clientes a faturar, com base em especificações de cada venda, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

Provisão e passivos contingentes

Os passivos contingentes e as provisões existentes no Grupo estão ligadas, principalmente, a discussões nas esferas judiciais e administrativas decorrentes, em sua maioria, de processos trabalhistas, previdenciários, cíveis e tributários.

A administração do Grupo, apoiada na opinião dos seus assessores jurídicos externos, classifica esses processos em termos da probabilidade de perda da seguinte forma:

- Perda provável: são processos onde existe maior probabilidade de perda do que de êxito ou, de outra forma, a probabilidade de perda é superior a 50%. Para esses processos, o Grupo mantém provisão contábil que é apurada da seguinte forma: (i) processos trabalhistas - o valor provisionado corresponde ao valor de desembolso estimado pelos seus assessores jurídicos; (ii) processos tributários - o valor provisionado corresponde ao valor da causa acrescido de encargos correspondentes à variação da taxa Selic; e (iii) demais processos - o valor provisionado corresponde ao valor estimado da causa.
- Perda possível: são processos onde a possibilidade de perda é maior que remota. A perda pode ocorrer, todavia os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será de perda ou ganho. Em termos percentuais, a probabilidade de perda se situa entre 25% e 50%. Para esses processos, o Grupo não faz provisão e destaca em nota explicativa os de maior relevância, quando aplicável.
- Perda remota: são processos onde o risco de perda é pequeno. Em termos percentuais, essa probabilidade é inferior a 25%. Para esses processos, o Grupo não faz provisão e nem divulgação em nota explicativa, independentemente do valor envolvido.

A administração do Grupo acredita que as estimativas relacionadas à conclusão dos processos e a possibilidade de desembolso futuro podem mudar em face do seguinte: (i) instâncias superiores do sistema judicial podem tomar decisão em caso similar envolvendo outra companhia, adotando interpretação definitiva a respeito do caso e, conseqüentemente, antecipando a finalização de processo envolvendo o Grupo, sem qualquer desembolso ou implicando na necessidade de liquidação financeira do processo; e (ii) programas de incentivo ao pagamento dos débitos, implementado no Brasil a nível Federal e Estadual, em condições favoráveis, que podem levar a um desembolso inferior ao que se encontra provisionado ou inferior ao valor da causa.

GS Inima Industrial S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos--Continuação

Provisão e passivos contingentes--Continuação

A metodologia para determinar tais perdas exige estimativas significativas, considerando uma variedade de fatores entre os quais a avaliação do histórico de recebimento, tendências econômicas atuais, estimativas de baixas previstas, vencimento da carteira de contas a receber.

Ainda que a administração do Grupo acredite que as premissas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem ser diferentes.

5. Gestão de risco financeiro

5.1. Fatores de risco financeiro

Considerações gerais

O Grupo participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, fundos restritos, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, financiamentos, debêntures e partes relacionadas.

Os instrumentos financeiros operados pelo Grupo têm como objetivo administrar a disponibilidade financeira de suas operações. A administração dos riscos envolvidos nessas operações é feita através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos das empresas, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio do Grupo.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos financeiros, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

Adicionalmente, o Grupo não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos (especulativos e não especulativos) durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

a) *Risco de crédito*

A política do Grupo considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

GS Inima Industrial S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de risco financeiro--Continuação

5.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

Considerações gerais--Continuação

a) *Risco de crédito--Continuação*

A Companhia e suas controladas possuem caixa e equivalentes de caixa, e fundos restritos, somente em bancos considerados de primeira linha.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil dos títulos classificados como equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, fundos restritos e contas a receber na data do balanço (Notas 3.2, 6, e 7).

b) *Risco de liquidez*

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas mantêm um caixa e equivalentes de caixa de R\$ 56.225.

5.2. Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo.

Em benefício de sua gestão, o Grupo pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender participação em ativos para otimizar sua estrutura de capital.

Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

GS Inima Industrial S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de risco financeiro--Continuação

5.2. Gestão de capital--Continuação

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e debêntures (incluindo valores circulantes e não circulantes), conforme demonstrados no balanço patrimonial consolidado, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e fundos restritos.

O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira para 31 de dezembro de 2020, podem ser assim sumariados:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Total de empréstimos, financiamentos e debêntures	-	518.013	423.200	1.010.163
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(17.499)	(97.045)	(56.225)	(129.899)
(-) Fundos restritos	-	-	(22.837)	(24.007)
Dívida líquida	(17.499)	420.968	344.138	856.257
Total do patrimônio líquido	913.943	503.002	1.153.193	749.857
Total do capital	896.444	923.970	1.497.331	1.606.114
Índice de alavancagem financeira - %	-2%	46%	23%	53%

5.3. Estimativa do valor justo

Caixa, equivalentes de caixa e fundos restritos são compostos, basicamente, por certificados de depósitos bancários e operações compromissadas, marcadas a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do período, conforme definido em sua data de contratação.

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores e poder concedente a valor contábil, menos a provisão para perdas de clientes e ajuste a valor presente, estejam próximos de seus valores justos.

GS Inima Industrial S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de risco financeiro--Continuação

5.3. Estimativa do valor justo--Continuação

O saldo mantido com partes relacionadas, tanto ativo quanto passivo, são apurados de acordo com condições negociadas entre as partes. As condições e informações adicionais referentes a estes instrumentos financeiros estão divulgadas na Nota 15.

Os financiamentos estruturados contratados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") e Caixa Econômica Federal ("CEF") possuem características próprias e não há no mercado oferta de crédito às entidades em geral que se equiparem às condições definidas nos referidos contratos e, por esta razão, são considerados pelo valor nominal atualizado até a data do balanço.

A Administração considera que as notas promissórias emitidas pela Companhia através da Vórtx, possui valores próximos ao de mercado por estar vinculada a variação de CDI e por sua característica de curto prazo

As debêntures foram projetadas até a data de vencimento final de acordo com as taxas contratuais, descontadas a valor presente às taxas de mercado futuro de juros obtidas no site da BM&F Bovespa.

Os passivos relacionados a obrigações a pagar por aquisição, são ajustados a valor presente considerando as condições de mercado, os quais se aproxima do valor justo.

Após realizada as análises acima, a Administração concluiu que para todos os instrumentos financeiros, ativos e passivos do Grupo, considerando os prazos de vencimento, sua natureza e comparando as taxas de juros contratuais com as de mercado em operações similares, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

5.4. Instrumentos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas são classificados da seguinte forma:

GS Inima Industrial S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de risco financeiro--Continuação

5.4. Instrumentos financeiros por categoria--Continuação

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Ativos pelo custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	17.499	97.045	56.225	129.899
Fundos restritos	-	-	22.837	24.007
Contas a receber	-	-	39.450	38.475
Ativo financeiro	-	-	374.272	428.155
Partes relacionadas	11.070	-	10.291	73
	28.569	97.045	503.075	620.609
Passivos financeiros pelo custo amortizado				
Fornecedores	32	331	10.305	9.483
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	518.013	423.200	1.010.163
Contas a pagar por aquisição	48.205	46.652	48.205	46.652
Partes relacionadas	2.069	2.444	35.553	37.329
Dividendos	-	6.000	2.267	8.525
	50.306	573.440	519.530	1.112.152

Análise de sensibilidade

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IGP-M, da TR e do CDI, relativos a empréstimos em reais (R\$). As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 31 de dezembro de 2020, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre o saldo de empréstimos e financiamentos, líquidos das aplicações financeiras.

31/12/2020	Efeitos dos passivos financeiros líquidos			Controladora	Consolidado
	Cenário Provável	Cenário Provável	Aumento em pontos percentuais		
				Efeito no lucro antes dos tributos	Efeito no lucro antes dos tributos
CDI	608	(8.211)	25 50	152 304	(976) (1.952)
UR-TJLP	-	(181)	25 50	- -	(27) (54)
IGPM	-	(1.267)	25 50	- -	(187) (375)
TR	-	(22.690)	25 50	- -	(5.672) (11.345)

GS Inima Industrial S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Caixa	2	-	9	7
Banco conta movimento	343	4	5.124	6.411
Aplicações financeiras (i)	17.154	97.041	51.092	123.481
	17.499	97.045	56.225	129.899

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos e outros fins.

- (i) O saldo de aplicações financeiras é representado, substancialmente, por aplicações financeiras de renda fixa de liquidez imediata, certificado de Depósitos Bancários ("CDB") e operações compromissadas com bancos de primeira linha sendo a remuneração relacionada a uma variação média de 99,27% do CDI.

7. Contas a receber e Ativo financeiro

	Consolidado	
	2020	2019
Contas a receber de clientes (i)		
Faturados	28.957	28.163
A faturar	10.493	10.312
Ativo financeiro (ii)		
Ativo financeiro circulante	81.599	77.585
Ativo financeiro não circulante	292.673	350.570
Total das contas a receber	413.722	466.630
Circulante	121.049	116.060
Não circulante	292.673	350.570
	413.722	466.630

- (i) Representam valores a receber de contratos com clientes privados das controladas Aquapolo, Jeceaba e Triunfo nos quais os recebimentos são no máximo de até 30 dias.
- (ii) Representa o ativo financeiro da controlada Jeceaba adquirido na combinação de negócio conforme (nota 3.3). O saldo é decorrente da atualização dos direitos a faturar constituídos pela receita de construção do ativo financeiro, correspondente ao contrato de arrendamento mercantil e, dada a sua natureza, está sendo apresentada como receita das operações da Companhia. Essa atualização é calculada com base na taxa de desconto específica do contrato, a qual foi determinada considerando os respectivos riscos e premissas dos serviços prestados. A Companhia iniciou a atualização dos direitos a faturar a partir do início das suas operações. A parcela de remuneração é atualizada anualmente pelo IGPM.

GS Inima Industrial S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Contas a receber e Ativo financeiro--Continuação

Em 31 de dezembro de 2020, a controlada Jeceaba possui R\$ 19.695 referentes aos direitos creditórios que foram cedidos ou penhorados como garantia de empréstimos, financiamentos e debêntures.

8. Investimentos

a) Resumo das informações financeiras de controladas

O quadro abaixo apresenta o resumo das informações financeiras das controladas em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

								2020	
	% de participação	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Ativo não circulante líquido	Patrimônio líquido	Investimento (Nota 8 (b))	Lucro líquido do exercício
Jeceaba	84,50	121.306	300.095	47.204	110.008	190.087	264.189	223.240	84.105
Aquapolo	51,00	34.766	309.975	39.445	263.393	46.582	41.903	21.370	19.131
Triunfo	100,00	24.821	299.516	32.807	181.857	117.659	109.673	109.674	20.761
								<u>354.284</u>	

								2019	
	% de participação	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Ativo não circulante líquido	Patrimônio líquido	Investimento (Nota 8 (b))	Lucro líquido do exercício
Jeceaba	84,50	110.822	351.574	71.973	119.217	232.357	271.206	229.170	72.296
Aquapolo	51,00	32.176	324.205	28.487	290.125	34.080	37.769	19.263	16.283
Triunfo	100,00	25.258	309.350	32.581	194.114	115.236	107.913	107.913	10.066
								<u>356.346</u>	

GS Inima Industrial S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Investimentos--Continuação

b) Movimentação

	2018	Combinação de negócios	Amortização mais valia	Dividendos e juros sobre capital próprio (*)	Equivalência patrimonial	Incorporação (*)	2019
GS Participações	-	322.405	-	13.767	20.174	(356.346)	-
Jeceaba	-	-	-	-	-	229.170	229.170
Aquapolo	-	-	-	-	-	19.263	19.263
Triunfo	-	-	-	-	-	107.913	107.913
Mais valia	-	832.531	(14.077)	-	-	-	818.454
	-	1.154.936	(14.077)	13.767	20.174	-	1.174.800

(*) Conforme divulgado no Nota 2, a GS Participações foi incorporada em 31 de dezembro de 2019.

	2019	Combinação de negócios	Amortização mais valia	Dividendos e juros sobre capital próprio	Equivalência patrimonial	Incorporação	2020
Jeceaba	229.170	-	-	(76.999)	71.069	-	223.240
Aquapolo	19.263	-	-	(7.650)	9.757	-	21.370
Triunfo	107.913	-	-	(19.000)	20.762	-	109.675
Mais valia	818.454	-	(56.311)	-	-	-	762.143
	1.174.800	-	(56.311)	(103.649)	101.588	-	1.116.428

Os valores de Mais Valia referem-se ao valor justo apurado na combinação de negócio (Nota 2) à proporção do Companhia. Nas demonstrações financeiras consolidadas os valores são apresentados nas contas de ativo imobilizado ou intangíveis, de acordo com o Laudo de avaliação à valor justo preparado por especialistas.

9. Imobilizado

Consolidado	Terrenos	Equipamentos de informática	Máquinas e equipamentos	Edificações e benfeitorias	Móveis e utensílios	Veículos	Redes e tubulações	Obras em andamento (i)	Total
Custo de aquisição									
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição (combinação de negócios - Nota 2)	163	685	33.964	264.421	510	-	-	56.269	356.012
Adições	-	-	4.282	-	3	12	90	1.436	5.823
Baixas	-	(6)	-	(198)	-	-	-	-	(204)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	163	679	38.246	264.223	513	12	90	57.705	361.631
Depreciação acumulada									
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	-	(97)	(1.435)	(145)	(21)	-	(2)	-	(1.700)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	(97)	(1.435)	(145)	(21)	-	(2)	-	(1.700)
Valor contábil líquido	163	582	36.811	264.078	492	12	88	57.705	359.931
Custo de aquisição									
Saldo em 31 de dezembro de 2019	163	679	38.246	264.223	513	12	90	57.705	361.631
Adições	-	162	1.673	246	36	-	47	6.384	8.548
Baixas	-	-	-	-	(1)	-	-	(70)	(71)
Transferências (ii)	-	(63)	19.056	(216.123)	(96)	5	225.798	(28.632)	(55)
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	163	778	58.975	48.346	452	17	225.935	35.387	370.053
Depreciação acumulada									
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	(97)	(1.435)	(145)	(21)	-	(2)	-	(1.700)
Depreciação	-	(140)	(3.377)	(9)	(75)	(4)	(192)	-	(3.797)
Transferências (ii)	-	12	(35)	43.640	30	(1)	(43.642)	-	4
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	-	(225)	(4.847)	43.486	(66)	(5)	(43.836)	-	(5.493)
Valor contábil líquido	163	553	54.128	91.832	386	12	182.099	35.387	364.560
Vida útil (anos)									
		5	2a13	13a36	5a10	4	5a20	8a50	

(i) Valores registrados nas controladas Triunfo (R\$ 33.046), referente a modernização, melhorias operacionais e de infraestrutura da planta e possui expectativa de conclusão em março de 2025 e Aquapolo (R\$ 2.344, referente à melhoria da planta e ampliação de ramais com expectativas de conclusão em dezembro de 2021).

(ii) O valor líquido refere-se a transferência entre as rubricas imobilizado e intangível.

10. Intangível

Consolidado	Direito da	Mais Valia	Ativo de	Direito de	Softwares	Total
	carteira	- Ativo				
	de	Financeiro				
	clientes					
Custo de aquisição						
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	-	-	-	-	-
Aquisição (combinação de negócios - Nota 2)	833.254	227.429	268.926	4.969	3.711	1.338.289
Adições	-	-	-	2	-	2
Saldo em 31 de dezembro de 2019	833.254	227.429	268.926	4.971	3.711	1.338.291
Amortização acumulada						
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	-	-	-	-	-
Amortização	(5.993)	(8.978)	(4.298)	(506)	(71)	(19.846)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(5.993)	(8.978)	(4.298)	(506)	(71)	(19.846)
Valor contábil líquido	827.261	218.451	264.628	4.465	3.640	1.318.445
Custo de aquisição						
Saldo em 31 de dezembro de 2019	833.254	227.429	268.926	4.971	3.711	1.338.291
Adições	-	-	-	7.943	7	7.950
Transferência	-	-	-	-	55	55
Saldo em 31 de dezembro de 2020	833.254	227.429	268.926	12.914	3.773	1.346.296
Amortização acumulada						
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(5.993)	(8.978)	(4.298)	(506)	(71)	(19.846)
Amortização	(27.900)	(41.478)	(20.096)	(2.617)	(363)	(92.454)
Transferência	-	-	-	-	(4)	(4)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(33.893)	(50.456)	(24.394)	(3.123)	(438)	(112.304)
Valor contábil líquido	799.361	176.973	244.532	9.791	3.335	1.233.992
Vida útil (anos)	30 a 40	6	34	1 a 3	5 a 10	
Vida útil (média)	34	6	34	2	7	

11. Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Empréstimos e financiamentos	-	518.013	2.212	547.711
Debêntures	-	-	420.988	462.452
	-	518.013	423.200	1.010.163
Circulante	-	518.013	50.936	591.137
Não circulante	-	-	372.264	419.026
	-	518.013	423.200	1.010.163

11. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

11.1 Empréstimos e financiamentos

a) Composição

Modalidade e encargos financeiros anuais	Taxa efetiva de juros anual	Vencimentos	Controladora		Consolidado	
			2020	2019	2020	2019
Notas Promissórias CDI + 1,3% a.a.	7,3%	set/2020	-	523.388	-	523.388
Estruturado						
4,50%	5,49%	jan/2020	-	-	-	1.191
TJLP + 2,74%	10,48%	jan/2021	-	-	1.081	14.375
	8,60% a					
TJLP + 2,74% + 1%	10,48%	jan/2021	-	-	1.131	14.381
(-) Custos de transação			-	(5.375)	-	(5.624)
Total			-	518.013	2.212	547.711
Circulante			-	518.013	2.212	545.507
Não circulante			-	-	-	2.204
			-	518.013	2.212	547.711

b) Movimentação

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Saldo no início do exercício	518.013	-	547.711	-
(+) Combinação de negócios	-	-	-	44.964
(+) Adição de juros	16.669	8.388	17.911	9.116
(+) Captação novos financiamentos	-	515.000	-	515.000
(-) Amortização de principal	(515.000)	-	(542.639)	(15.319)
(-) Amortização de juros	(25.056)	-	(26.394)	(675)
(+) Custo de transação	-	(7.763)	-	(7.763)
(+) Apropriação do custo de transação	5.374	2.388	5.623	2.388
Saldo no final do exercício	-	518.013	2.212	547.711

c) Cláusulas contratuais e outras informações da Controladora

Em 26 de setembro de 2019 a controladora emitiu 206 notas promissórias em série única no valor global de R\$ 515.000.000 tendo como credor fiduciário a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. Os recursos oriundos das Notas Promissórias foram utilizados integralmente para pagamento de parte das cotas do FIP.

O financiamento possui as seguintes garantias

Garantias

As garantias incluem i) aval da GS Inima Brasil Ltda. ii) Carta Garanta (*Guarantee Letter*) da GS Engineering & Construction Corporation no montante de US\$60.000.000,00 (sessenta milhões de dólares americanos) e iii) Alienação fiduciária das ações da Companhia. O financiamento foi totalmente quitado em 18 de setembro de 2020.

11. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

d) Garantias e outras informações de controlada

A controlada Jeceaba busca estruturar o financiamento dos seus investimentos na modalidade de financiamento a projetos, visando uma adequada mitigação e alocação de riscos, para a conclusão dos projetos. Neste sentido, a garantia concedida ao financiamento de Jeceaba é classificada como projetos, no montante de R\$ 2.212 (2019 - R\$ 29.947). As garantias de projeto compreendem a cessão ou penhor dos direitos creditórios e receitas.

11.2. Debêntures

a) Composição

Unidade	Debenturista	Série	Emissão	Encargos financeiros anuais	Taxa efetiva de juros anual	Vencimento	Consolidado	
							2020	2019
Jeceaba	Infrabrasil	A e B	mar/2010	IGPM + 12,5%	20,32%	mar/2021	4.162	4.784
	(-) Custos de transação						-	(103)
Aquapolo	Caixa Econômica Federal	Única	set/2011	TR + 8,75% a.a.	10,38%	ago/2029	259.314	278.743
	(-) Custos de transação						(2.347)	(2.623)
Triunfo	Itaú Unibanco S/A	Única	mai/2014	CDI + 2,67% a.a	11,14%	mai/2027	161.297	183.480
	(-) Custos de transação						(1.438)	(1.829)
	Total						420.988	462.452
	Circulante						48.724	45.630
	Não circulante						372.264	416.822
							420.988	462.452

b) Movimentação

	2020	2019
Saldo no início do exercício	462.452	-
(+) Combinação de negócios	-	472.304
(+) Encargos financeiros	33.002	9.688
(-) Amortização principal	(42.671)	(10.090)
(-) Amortização juros	(32.545)	(9.643)
(+) Amortização do custo de transação	750	193
Saldo no final do exercício	420.988	462.452

11. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

11.2. Debêntures--Continuação

c) Prazo de vencimento

O montante classificado como não circulante tem a seguinte composição por vencimento

	<u>2020</u>
2022	46.884
2023	50.776
2024	53.017
2025	54.812
2026	57.007
2027	45.153
A partir de 2028	64.615
	<u>372.264</u>

d) Cláusulas contratuais e outras informações da controlada Jeceaba

A garantia concedida das debentures é classificada como projetos, no montante de R\$ 4.162 (2019 - R\$ 4.784). As garantias de projeto compreendem a cessão ou penhor dos direitos creditórios e receitas.

Em seus contratos de financiamentos e debêntures possui cláusulas restritivas que obrigam o cumprimento de garantias especiais. Essas garantias consistem em, de forma geral, a cessão ou penhor dos direitos creditórios, receitas e/ou direitos emergentes dos contratos com clientes, penhor das ações das controladas, hipoteca ou penhor de plantas e equipamentos.

e) Cláusulas contratuais e outras informações da controlada Aquapolo

Como garantia real, Aquapolo celebrou também os contratos de cessão fiduciária de direitos creditórios e de alienação fiduciária de ações, conforme Escritura de Emissão de Direitos Creditórios do Contrato de Fornecimento ("Escritura"), com as seguintes características;

11. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

11.2. Debêntures--Continuação

e) Cláusulas contratuais e outras informações da controlada Aquapolo--Continuação

(i) *Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios:*

A fim de garantir os pagamentos e o cumprimento integral das obrigações garantidas, seja na data de vencimento, vencimento antecipado ou em qualquer circunstância da Escritura, a Aquapolo cede e transfere fiduciariamente aos debenturistas, a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta dos direitos creditórios atuais e futuros provenientes: (i) contrato de fornecimento; (ii) contrato de EPC - Engineering Procurement and Construction - firmado entre a Aquapolo e a Construtora Norberto Odebrecht S.A.; (iii) contrato de venda de água e rateio de despesas; (iv) depósitos, existentes ou futuros, em contas vinculadas de exclusiva titularidade da Companhia; (v) investimentos permitidos e ganhos e rendimentos dele oriundos, bem como os respectivos certificados e documentos representativos de tais investimentos; (vi) apólices de seguro, das quais a Companhia é beneficiária.

(ii) *Alienação Fiduciária de Ações:*

A fim de garantir o pagamento e o cumprimento das obrigações garantidas pela Aquapolo, seja na data de vencimento, vencimento antecipado ou em qualquer circunstância da Escritura, a Aquapolo concedeu fiduciariamente em garantia aos debenturistas, os ativos: (i) ações ordinárias nominativas representativas do capital social da Aquapolo em 2.778 ações, atualmente detidas pela GS Inima Industrial; (ii) ações ordinárias nominativas representativas do capital social da Aquapolo em 2.669 ações, atualmente detidas pela Sabesp, além de todos os direitos oriundos das ações adicionais.

f) Cláusulas contratuais e outras informações da controlada Triunfo

Como garantia real, Triunfo celebrou os contratos de cessão fiduciária de direitos creditórios e de alienação fiduciária de ações da Triunfo, conforme Escritura de Emissão de Direitos Creditórios e Outras Avenças, com as seguintes características:

(i) *Alienação fiduciária da totalidade das ações*

Alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da Triunfo, nos termos estabelecidos no Instrumento Particular de Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças celebrado entre a até então denominada BRK Operações Industriais, o Agente Fiduciário e, na qualidade de interveniente anuente, a Triunfo;

11. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

11.2. Debêntures--Continuação

f) Cláusulas contratuais e outras informações da controlada Triunfo

(ii) *Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios:*

Cessão fiduciária de (a) 100% (cem por cento) dos direitos creditórios, de titularidade da Triunfo, decorrentes de operações de compra e venda de água e demais negócios jurídicos do objeto do Contrato de Fornecimento, celebrado entre a Triunfo e a Braskem em 31 de dezembro de 2013, tendo por objeto o fornecimento de água industrial da Triunfo à Braskem durante o prazo de 40 anos, observando os volumes, preços e demais condições definidas em contrato até a liquidação integral das Obrigações Garantidas e devidos a Trunfo pela Braskem e/ou sua sucessora, incluindo todo e qualquer direito, relacionados a estes direitos creditórios; e (b) direitos creditórios decorrentes da titularidade, pela Triunfo, nos termos estabelecidos no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças, celebrado entre a Triunfo e o Agente Fiduciário.

g) Fundos restritos

As controladas possuem o montante R\$ 22.837 (R\$ 24.007 em 2019) reconhecidos à rubrica de Fundos Restritos, o qual referem -se a depósitos bancários cuja utilização é vinculada ao cumprimento de obrigações contratuais de financiamentos e retidos até o vencimento de cada contrato.

h) Cláusulas contratuais restritivas - Covenants

A O Grupo possui em seus contratos de escrituras de emissão de debêntures e empréstimos cláusulas restritivas que obrigam o cumprimento de garantias especiais. A consequência para o não cumprimento desses compromissos é a possibilidade de antecipação do vencimento da dívida.

Em 31 de dezembro de 2020, o Grupo cumpriu todas as cláusulas restritivas relativas aos financiamentos e as debêntures.

12. Obrigações a pagar por aquisição

O saldo refere-se a parcela a vencer da aquisição das controladas, Nota 2, e possui os seguintes vencimentos por ano:

	Consolidado	
	2020	2019
Contas a pagar por aquisição	52.511	52.511
Ajuste a valor presente	(4.306)	(5.859)
	48.205	46.652

Essas obrigações possuem a seguinte composição por vencimento:

	2020
2024	13.128
2025	13.128
2026	13.128
2027	13.127
Ajuste a valor presente	(4.306)
	48.205

13. Tributos diferidos

	2020	2019
PIS diferido	6.555	7.518
COFINS diferido	30.191	34.630
ISS diferido	14.080	16.127
	50.826	58.275
Circulante	11.028	10.510
Não circulante	39.798	47.765
	50.826	58.275

O saldo refere-se a tributos sobre diferença temporária da receita de construção e receita de ativo financeiro.

14. Imposto de renda e contribuição social diferidos

a) Composição, expectativa e movimentação de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Ativo fiscal diferido	-	-	-	522
Passivo fiscal diferido	(195.743)	(209.838)	(366.943)	(370.600)
	(195.743)	(209.838)	(366.943)	(370.078)

Impostos de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias/prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Conforme o estudo técnico, os lucros tributáveis futuros permitem a recuperação do ativo fiscal diferido e liquidação do passivo fiscal diferido existentes, conforme estimativa a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativo de imposto diferido				
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	105	-	10.571	14.662
Ativo de imposto diferido a ser recuperado depois de 12 meses	-	-	52.789	66.668
	105	-	63.360	81.330
Expectativa de realização do ativo diferido é como segue:				
2021	105	-	10.571	10.466
2022	-	-	7.558	7.558
2023	-	-	8.879	8.879
2024	-	-	9.960	9.960
2025	-	-	25.087	10.727
A partir de 2026	-	-	1.305	19.078
	105	-	63.360	66.668

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Passivo de imposto diferido				
A ser liquidado em até 12 meses	(14.280)	(1.190)	(31.561)	(27.139)
A ser liquidado após 12 meses	(181.463)	(208.648)	(398.742)	(424.269)
	(195.743)	(209.838)	(430.303)	(451.408)
A expectativa de realização do passivo diferido é como segue:				
2021	(14.280)	(1.190)	(31.561)	(24.768)
2022	(14.280)	(1.190)	(36.829)	(26.907)
2023	(14.280)	(1.190)	(40.099)	(17.073)
2024	(14.280)	(1.190)	(43.785)	(11.148)
A partir de 2025	(138.623)	(203.888)	(278.029)	(344.373)
	(195.743)	(208.648)	(430.303)	(424.269)

14. Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

a) Composição, expectativa e movimentação de imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

Caso haja fatores relevantes que venham modificar as projeções, essas serão revisadas durante os respectivos exercícios. Os referidos créditos são passíveis de compensações com lucros tributáveis futuros da Companhia, sem prazo de prescrição.

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos durante o exercício, levando em consideração a compensação dos saldos é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	(209.838)	522	(370.600)
Reconhecido na demonstração do resultado	-	14.095	(522)	3.657
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	(195.743)	-	(366.943)

Os ativos de impostos diferidos são reconhecidos, para os prejuízos fiscais e diferenças temporárias, na proporção da probabilidade de realização do respectivo benefício fiscal por meio do lucro tributável futuro. Esses prejuízos, embora não reconhecidos, não possuem data de expiração, conforme legislação corrente.

b) Reconciliação da alíquota nominal com a taxa efetiva

O imposto de renda e contribuição social sobre o lucro do Grupo, antes do imposto de renda e contribuição social, difere do valor teórico que seria obtido com o uso da alíquota de imposto de renda e contribuição social nominal, aplicável aos lucros das empresas combinadas, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Resultado antes dos tributos	20.748	(6.930)	91.166	(6.740)
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(7.054)	2.356	(30.996)	2.292
Adições e exclusões permanentes				
Resultado de equivalência patrimonial	34.540	6.859	-	-
IR e CS diferidos não reconhecidos	(9.904)	(4.568)	(9.904)	(4.568)
Outros	(3.488)	(1.075)	(1.561)	(982)
	14.094	3.572	(42.461)	7.842
Despesa de imposto de renda e da contribuição social				
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	(45.594)	(10.228)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14.094	3.572	3.133	2.386
	14.094	3.572	(42.461)	(7.842)

14. Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

b) Reconciliação da alíquota nominal com a taxa efetiva--Continuação

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possui o montante de R\$ 29.130 de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, para os quais não foi reconhecido tributos diferidos ativos em função de sua característica de holding, sem lucro tributário.

15. Partes relacionadas

A tabela abaixo apresenta os saldos e transações com partes relacionadas:

2019	Controladora				Consolidado			
	Ativo	Passivo	Custos/ despesas operacionais	Resultado financeiro	Ativo	Passivo	Custos/ despesas operacionais	Resultado financeiro
GS Inima Brasil Ltda. (i)	-	8.444	(2.444)	6.000	-	8.444	(2.444)	-
Sabesp (ii)	-	-	-	-	73	34.885	-	(2.361)
Jeceaba (iii)	13.767	-	-	-	-	2.525	-	-
Total	13.767	8.444	(2.444)	6.000	73	45.854	(2.444)	(2.361)

2020	Controladora				Consolidado			
	Ativo	Passivo	Custos/ despesas operacionais	Resultado financeiro	Ativo	Passivo	Custos/ despesas operacionais	Resultado financeiro
GS Inima Brasil Ltda. (i)	10.218	883	(6.648)	218	10.218	882	(6.648)	218
GS Engineering Construction	-	1.186	(930)	(63)	-	1.186	(930)	(63)
Sabesp (ii)	-	-	-	-	73	33.286	-	(1.402)
Copasa	-	-	-	-	-	2.267	-	-
Jeceaba (iii)	12.936	-	-	-	-	65	(1.107)	-
Aquapolo (iv)	-	-	-	-	-	-	(652)	-
Triunfo (v)	273	-	-	-	-	134	(1.171)	-
Total	23.427	2.069	(7.578)	155	10.291	37.820	(10.508)	(1.247)

- (i) O saldo do contas a pagar na controladora referem-se a custos com a aquisição e rateio de despesas que foram pagas pela GS Inima Brasil e convenio de rateio de despesas entre as partes, O saldo do contas a receber refere-se ao contrato de mútuo do controlador GS Inima Brasil, os quais são atualizados mensalmente pelo CDI acrescido de 2,05% ao ano.
- (ii) O saldo do contas a pagar no consolidado referem-se a contratos de mútuos da controlada Aquapolo, os quais são atualizados mensalmente pelo CDI acrescido de 1,22% ao ano, com vencimento em 31 de dezembro de 2023.
- (iii) O saldo do contas a receber refere-se a dividendos mínimos obrigatórios a receber da controlada Jeceaba.
- (iv) O saldo do contas a pagar no consolidado referem-se ao convênio de rateio de despesas entre as partes.
- (v) O saldo do contas a pagar no consolidado referem-se ao convênio de rateio de despesas entre as partes.

As transações com partes relacionadas são conduzidas com base em nas condições acordadas entre as partes.

15. Partes relacionadas--Continuação

Remuneração de pessoal chave da administração

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a remuneração do pessoal chave da Administração, que contempla a Diretoria das controladas, foi de R\$ 2.542, registradas no grupo de despesas administrativas, e inclui salários, honorários e benefícios diretos e indiretos.

16. Provisões para contingências

As movimentações das provisões dos processos judiciais foram como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
No início do exercício	-	-	1.450	-
(+) Provisões adicionais reconhecidas	40	-	-	1.663
(-) Reduções decorrentes de remensuração	-	-	(14)	(213)
	40	-	1.436	1.450

O cálculo da provisão para contingências foi feito em consonância com o relatório das ações de natureza tributária, civil e trabalhista, com base na avaliação dos consultores jurídicos, internos e externos, e considera as ações nas quais as empresas da Companhia são réis e para as quais a classificação de perda é provável.

a) Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em outros processos judiciais em andamento, nas instâncias administrativas e judiciais, perante diferentes tribunais, cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída.

A Administração considera ter sólido embasamento jurídico que fundamente os procedimentos adotados para defesa. Abaixo composição:

Natureza	Consolidado	
	2020	2019
Contingências trabalhistas e previdenciárias	3.001	3.563
Reclamações tributárias	7.210	6.937
Reclamações cíveis	-	7.478
	10.211	17.978

16. Provisões para contingências--Continuação

a) Processos com probabilidade de perda classificada como possível--Continuação

As contingências possíveis das controladas, mencionadas acima, referem-se fundamentalmente a discussão existentes antes da combinação de negócios mencionadas na Nota 2. Caso estas contingências se realizem antes do prazo de vencimentos das "Obrigações a pagar por aquisição" - Nota 12, o contrato de aquisição das controladas prevê a possibilidade de compensação dos possíveis desembolsos com aquela obrigação.

17. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 17 de agosto de 2018, foi aprovada a constituição da Companhia, sendo integralizado o capital de R\$500,00 (quinhentos reais) mediante a emissão de 500 ações ordinárias.

Em 24 de junho de 2019, mediante a emissão de 799.500 ações ordinárias e em 26 de setembro de 2019 mediante a emissão de 511.560.000 ações ordinárias os acionistas aprovaram a subscrição e integralização do capital social da companhia no montante de R\$ 800 e R\$ 511.560 respectivamente.

Em 26 de agosto de 2020, mediante a emissão de 397.000.000 ações ordinárias os acionistas aprovaram a subscrição e integralização do capital social da companhia no montante de R\$ 397.000.

Em 31 de dezembro de 2020 o valor do capital social integralizado é de R\$ 909.360, (R\$ 512.360 em 31 de dezembro de 2019), e está representado por 909.360.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e assim distribuídas:

	Capital social	Quantidade de ações	% de participação
GS Inima Brasil Ltda.	909.360	909.360.000	100
	909.360	909.360.000	100

17. Patrimônio líquido--Continuação

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social ou até que o saldo dessa reserva, acrescido do montante de reserva de capital, exceda a 30% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo ou aumentar o capital.

c) Distribuição de dividendos

Os dividendos estão sujeitos à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, calculada nos termos da referida lei, em especial no que tange ao disposto nos artigos 196 e 197 da Lei das Sociedades por Ações.

Em 15 de dezembro de 2020, os acionistas aprovaram a distribuição de dividendos no montante de R\$ 20.900, referente aos lucros existentes até aquela data.

d) Lucro (prejuízo) por ação

O lucro líquido básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício. Adicionalmente, a Companhia não mantém ações em tesouraria.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	<u>34.842</u>	(3.358)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias (milhares)	<u>909.360</u>	512.360
Lucro básico por ação	<u>0,04</u>	(0,01)

A Companhia não possui ações preferenciais em circulação que possam causar diluição ou dívida conversível em ações ordinárias. Assim, o lucro básico e o diluído por ação são iguais.

18. Resultado do exercício

a) Receita

As reconciliações das receitas auferidas são conforme segue:

	Consolidado	
	2020	2019
Receita de vendas e serviços	502.064	100.931
Receita de construção	4.162	2.114
Receita de ativo financeiro	(58.045)	4.848
(-) Impostos e contribuições sobre serviços e vendas	(71.624)	(17.103)
	376.557	90.790

b) Despesa por natureza

	Consolidado	
	2020	2019
Custos		
Com pessoal	28.250	9.553
Materiais	27.036	7.858
Serviços de terceiros	21.329	6.055
Energia elétrica	11.531	3.112
Depreciação e amortização	21.901	2.428
Outros custos com operação e (recuperação)	9.216	3.416
	119.263	32.422

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Despesas				
Com pessoal	1.195	5	10.574	2.506
Materiais	20	2.748	221	136
Serviços de terceiros	8.115	14.078	24.495	3.437
Depreciação e amortização	56.320	2	76.505	19.118
Outras despesas	(6.875)	(141)	(3.796)	5.283
	58.775	16.692	107.999	30.480

18. Resultado do exercício--Continuação

c) Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	2.490	382	4.680	1.581
Outras	529	1	862	37
	3.019	383	5.542	1.618
Despesas financeiras				
Juros e variações monetárias e cambiais passivas	(18.503)	(8.388)	(53.624)	(18.804)
Juros sobre títulos pagos	-	-	-	(589)
Outras	(6.586)	(2.407)	(10.052)	(3.356)
	(25.089)	(10.795)	(63.676)	(22.749)
Resultado financeiro, líquido	(22.070)	(10.412)	(58.134)	(21.131)

19. Seguros

A identificação, mitigação, gerenciamento de riscos e contratação de seguros são tratados na Companhia obedecendo a parâmetros estabelecidos em política específica e as coberturas são estabelecidas pela administração.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas possuíam seguros contratados, substancialmente, para a cobertura de prédios e instalações, garantias dos contratos assinados referente à prestação de serviços, além de cobertura de responsabilidade civil para riscos de engenharia, riscos operacionais e garantia de cumprimento de obrigações do contrato de concessão, resumidos como segue:

Tipo de cobertura	Consolidado Importâncias seguradas
Responsabilidade civil	100.000
Riscos ambientais	30.000
Riscos operacionais	410.000
Veículos	4.527
Seguro drone	854